



# UMA PROPOSTA DE SOLUÇÃO PARA DIFERENÇAS REFORMADAS SOBRE A JUSTIFICAÇÃO

*Ralph Frederick Boersema<sup>55</sup>*

**RESUMO:** A proposta deste artigo é apresentar uma solução para as diferenças reformadas sobre a justificação, focando na controvérsia sobre a imputação da obediência ativa de Cristo. Examina-se a história teológica do debate, destacando as perspectivas variadas dentro das tradições reformadas. Em seguida, sugere-se que uma compreensão mais profunda da justificação pela fé e da união com Cristo pode oferecer um caminho para reconciliar as visões divergentes. A solução enfatiza a importância da fé na apropriação da justiça de Cristo, sem negar o papel da obediência ativa de Cristo na salvação. Argumenta-se que essa abordagem pode promover a unidade entre os cristãos reformados, respeitando as nuances teológicas de suas tradições.

**Palavras-chave:** Justificação; Imputação; Obediência Ativa; Pacto de Obras; Graça.

## INTRODUÇÃO

Há séculos persiste nas igrejas reformadas uma controvérsia sobre se a obediência ativa de Cristo é ou não imputada aos crentes para sua justificação, e o debate voltou a receber atenção na América do Norte desde os anos oitenta.

---

<sup>55</sup> O autor é ministro da Maranatha Canadian Reformed Church. Bacharel em Artes pela Waterloo Lutheran University, no Canadá (1968); Mestre em Divindade (M.Div.) pelo Westminster Theological Seminary, EUA (1972); Mestre em Teologia (Th.M.) pelo Westminster Theological Seminary, EUA (1974); Doutorado (incompleto) pela University of South Africa (África do Sul). Serviu como pastor na Canadian Reformed Church entre 1973 e 1977, e como missionário em Pernambuco de 1979 a 2000. Contribuiu academicamente como professor de Teologia Sistemática no Seminário Presbiteriano do Norte em anos selecionados entre 1984 e 1991, e como instrutor de Aconselhamento Pastoral e Evangelismo no Centro de Estudos Teológicos das Igrejas Reformadas do Brasil em 2003. Além disso, é o autor de "Not of Works: Norman Shepherd and His Critics" (2012). Entre 2001 e 2020, atuou como presidente da FITRef, tornando-se posteriormente seu presidente de Honra, e manteve seu papel como professor até 2023.

Aqui a obediência ativa tem um significado especial. Significa não apenas que Jesus cumpriu ativa e voluntariamente sua missão na Terra. Refere-se especificamente à guarda da “lei moral”. É claro que todos concordam que Cristo guardou a lei perfeitamente. A discussão é sobre qual é o papel dessa obediência ativa em termos de como os crentes são justificados. Neste artigo, proponho maneiras pelas quais algumas das clássicas diferenças de justificação podem ser superadas.<sup>56</sup>

Esse tema está envolvido com a questão de se saber se a aliança que Deus fez com Adão na criação deve ser considerada como um pacto de obras. Parece que a ideia da imputação da obediência ativa de Cristo entrou na teologia reformada na década de 1550 e que o termo “pacto das obras” apareceu por escrito pela primeira vez na última década do século 16. De acordo com a visão reformada inicial, mesmo antes da queda no pecado o homem nada merece da parte de Deus. A visão posterior fala de mérito pactual e de um princípio de obras e da imputação da obediência ativa de Cristo para adquirir a herança eterna. Entre aqueles que têm questionado a ideia de um pacto de obras, alguns têm preferido não falar de um pacto anterior à queda, enquanto outros têm sugerido falar de uma aliança do favor de Deus, em vez de obras do homem. Vou me referir às diferentes perspectivas como primeira visão e visão posterior e, com esses termos, estou incluindo opiniões daqueles que ainda hoje adotam tais posições.

Antes de prosseguir, é importante ressaltar que ambos os lados são reformados e é útil deixar claro o que não está sob consideração. Em primeiro lugar, ninguém está propondo que os crentes arrependidos contribuam com alguma coisa para sua justificação, nem antes nem depois de sua conversão inicial. Todos concordamos que a justificação só é possível por meio da imputação da justiça de Cristo, isto é, Deus nos considera justos porque Cristo, nosso Cabeça, é

---

<sup>56</sup> Visões contemporâneas como as defendidas por N. T. Wright não estão incluídas nessa discussão, assim como todos os pontos levantados em uma discussão entre Johannes Piscator (1546-1625) e Theodoro Beza (1519-1605), assim como as controvérsias que se seguiram. O debate é mais rico em nuances do que este artigo sugere. No entanto, procuro torná-la compreensível também para os não teólogos, e preocupa-me que não deixemos de contemplar a floresta enquanto observamos a variedade entre as árvores. Ciente de que este artigo convida à discussão e que muitas vezes uma perspectiva diferente é mal compreendida, peço que os leitores primeiramente verifiquem suas percepções comigo, antes de iniciar discussões públicas. Estou disponível em [ralph@arroba.refmail.net](mailto:ralph@arroba.refmail.net).

Quando falo da primeira visão reformada, penso particularmente em Calvino e Ursinus. As explicações de Calvino sobre a justificação contrastavam com Roma e com Osiander e não se opunham especificamente à doutrina da imputação da obediência ativa de Cristo para justificação. No entanto, seus pontos de vista não exigiam essa forma de imputação e, portanto, é legítimo encontrar apoio para a visão de justiça singular em Calvino. Pode-se dizer o mesmo a respeito de Ursinus, e pode-se argumentar que ele conscientemente manteve essa visão em distinção à ideia de que a obediência ativa de Cristo é imputada a nós como parte de nossa justificação. Se é verdade que a remissão dos pecados é a totalidade de nossa justiça em contraste com a teologia de Roma, também pode ser verdade contra a proposta de que o mérito das obras da obediência ativa de Cristo faz parte da justificação.

justo, e ele cumpriu a satisfação por nosso pecado. Outro ponto que não está sendo questionado é qual nível de obediência satisfaz a justiça de Deus. Ninguém está sugerindo que qualquer coisa menos do que a perfeita conformidade com a lei divina pode ficar de pé perante o tribunal de Deus. Em terceiro lugar, todos rejeitam a visão de Roma de que a justificação é um processo, de modo que uma pessoa se torna mais justificada à medida que se torna mais santificada. Além disso, todos concordamos sobre a necessidade da vida de perfeita obediência de Cristo (Hb 4:15).

## AS DIFERENÇAS

Para entender as diferenças, podemos começar pelo Éden. Criado à imagem de Deus, Adão foi justo desde o início e foi chamado a viver uma vida de santidade, gratidão, obediência perfeita e alegria em todos os dons de Deus, incluindo o dom da promessa de desfrutar do descanso eterno de Deus no futuro. Por natureza, o homem nunca pode merecer nada de Deus, ou seja, o homem nunca pode fazer algo por Deus que requeira que Deus o pague em retribuição. A visão inicial se contenta com essa verdade. A visão posterior sustenta que, embora o homem naturalmente nada possa merecer, Deus presenteou Adão com uma aliança pela qual o homem poderia merecer a vida eterna por meio de obras, como a segunda parte de uma justiça em duas partes. A primeira parte foi a integridade de Adão quando ele foi criado, a segunda sua perfeita obediência à lei moral.

Ambas as visões confessam que na primeira aliança “a vida foi prometida a Adão; e nele para a sua posteridade, sob condição de obediência perfeita e pessoal” (Confissão de Fé de Westminster, 7.2). A primeira visão entende que Deus prometeu vida ao homem, desde que ele não perdesse sua retidão desobedecendo ao Senhor. A visão posterior concorda que o homem era justo na criação, mas considera que essa justiça não é mais do que inocência. O homem era bom, mas ainda não era perfeitamente justo. A obediência que ele desempenharia o tornaria justo e seria meritória.<sup>57</sup> Ela adquiriria ou compraria aprovação e vida eterna.<sup>58</sup>

---

<sup>57</sup> Cf. R. C. Sproul, <http://www.ligonier.org/learn/devotionals/covenant-works-ii/>, consultado em 9 de abril de 2017. Ele escreve: “O estado de Adão no jardim do Éden antes de sua queda nos ajuda a entender o pacto das obras. Primeiro, o Senhor fez Adão “bom” quando ele foi no princípio criado (Gn 1.31), de tal forma que, naquele momento, ele estava corretamente relacionado a Deus. No entanto, a bondade original de Adão não significa que ele estava no melhor relacionamento com Deus que poderia estar. Por meio da obediência, Adão foi capaz de refletir a imagem de Deus mais profundamente. Se Adão tivesse seguido a ordem que lhe foi dada — abster-se de comer o fruto proibido (v. 16–17) — ele teria conquistado para si e para sua descendência um registro positivo de justiça aos olhos de Deus Todo-Poderoso”.

<sup>58</sup> A Confissão de Fé de Westminster diz: “O Senhor Jesus, por sua perfeita obediência e sacrifício de si mesmo, que ele, por meio do Espírito eterno, uma vez ofereceu a Deus, satisfaz plenamente a justiça de seu Pai; e adquiriu, não só a reconciliação, mas uma herança eterna no reino dos céus, para todos aqueles que o Pai lhe deu” (CFW 8.5). Em sua *Systematic Theology*, Vol. 3 (Grand Rapids,

Ambas as visões podem concordar que Adão seria considerado justo de acordo com sua obediência. Na primeira visão, Deus havia feito o homem totalmente justo e sua obediência mostraria que ele continuava reto. Ele não se tornaria justo caso obedecesse, mas obedeceria porque era justo. Na segunda, a obediência do homem seria a base de sua justiça e mereceria recompensas. Para a visão anterior, inocência é retidão — matéria de justiça, isto é, posição reta em relação à lei de Deus. Ser justo é ser não-injusto, não infringir a lei. Na visão posterior, por outro lado, a justiça é produzida pelo trabalho humano e é uma realização que o torna justificado.

Podemos comparar as diferenças com uma corrida. Na primeira visão reformada, o corredor é considerado justo, desde que respeite as regras da corrida. A segunda visão considera isso insuficiente. Para ser considerado justo, o atleta também deve completar a prova e ganhar o prêmio. A visão anterior não nega a importância de concluir a corrida, mas afirma que, mesmo antes da queda em pecado, a recompensa é pela graça e não por mérito, e que observar as regras é diferente de terminar a obra; a justificação pré-queda (ser considerado justo) não é uma realização humana, mas um dom de Deus, quando criou o homem muito bom.

As diferenças desembocam no entendimento de como somos justificados após a queda. Para a primeira visão, depois da desobediência de Adão, o problema é o pecado. A retidão foi perdida por causa do pecado, e a justificação consiste no perdão da culpa do pecado, nada mais.<sup>59</sup> O perdão é possível graças ao sacrifício

---

MI: Eerdmans, 1940), Charles Hodge, por exemplo, ao discutir a imputação da obediência ativa de Cristo, escreve: “O céu é sempre representado como uma posse adquirida” (p. 164). A visão reformada dos primórdios também fala de Cristo comprando a vida eterna e concorda com a Confissão neste ponto, mas não vincula isso a obras meritórias da lei. A Bíblia fala da compra da redenção pelo sangue de Cristo.

<sup>59</sup> Em *As Institutas da Religião Cristã*, 3.11.21, João Calvino escreve: “Consideremos agora a verdade do que foi dito na definição, vale dizer, que a justificação pela fé é a reconciliação com Deus, e que esta consiste unicamente na remissão dos pecados... É evidente, portanto, que a única maneira pela qual aqueles que Deus acolhe são feitos justos, é tendo suas impurezas varridas pela remissão de pecados, de modo que essa justificação possa ser designada, em uma palavra, de remissão dos pecados”. A Confissão Belga (1563) inicia o Artigo 23 com o seguinte: “Cremos que nossa bem-aventurança está no perdão de nossos pecados por causa de Jesus Cristo e que nisto consiste nossa justiça diante de Deus...”.

Em seu *Comentário sobre o Catecismo de Heidelberg* (Phillipsburg, NJ: Presbyterian and Reformed Publishing., reimpressão da edição de 1852), Zacharias Ursinus afirma: “A justificação e o perdão dos pecados são... o mesmo: porque justificar significa que Deus não nos imputa pecado...” (pág. 327). No Dia do Senhor 25, o Catecismo de Heidelberg afirma “que toda a nossa salvação repousa no sacrifício único de Cristo por nós na cruz”. Sob essa luz, o Dia do Senhor 23 não deve ser interpretado como ensinando a imputação da obediência ativa de Cristo para justificação (em um sentido de mérito de obras) quando diz que a “perfeita satisfação, justiça e santidade” de Cristo são imputadas a nós. Aqui, a satisfação refere-se à expiação pelo pecado, enquanto a justiça e a santidade de Cristo se referem à sua natureza reta e santa, como podemos ler no comentário de Ursinus, onde ele diz: “Cristo cumpriu a lei pela santidade de sua natureza humana e por sua obediência, até a morte da cruz. A santidade de sua natureza humana era necessária à sua

de Cristo, que expia tanto o mal que fizemos quanto o descumprimento do bem que deveríamos ter feito. Os teólogos chamam o sofrimento e a morte de Cristo de sua obediência passiva. Aqui “passivo” advém do termo latino para sofrimento.

A visão de justiça em duas partes sustenta que é necessário mais. A morte de Cristo apenas remove a culpa, mas também deve haver justiça positiva para merecer a vida eterna. Isso é suprido pela imputação da obediência ativa de Cristo de guardar os Dez Mandamentos durante sua vida na Terra.

A primeira perspectiva responde que, nas Escrituras, ficar sem culpa é ser justo (ver Rm 4.6-8, onde a justiça equivale à não imputação do pecado). Isso concorda com a linguagem das Escrituras que descreve os justos como irrepreensíveis, inocentes e sem mácula (Cl 1.21-22; Hb 7.26; 1Pe 1.18-19). O estado de ser justo diante de Deus é a ausência de defeitos morais, não o resultado de obras. É sempre um dom de Deus, antes e depois da queda. Além disso, mesmo no início, antes de Adão pecar, a vida eterna era um dom prometido por Deus. Se a obediência ativa de Cristo é entendida como o meio de ganhar a herança eterna com base em mérito, então ele faz uma compra em vez de receber um presente, e esse tipo de compra do céu não é ensinado na Bíblia.

### **UM CAMINHO A SEGUIR**

A igreja pode caminhar para além desse debate. O caminho a seguir não é o de agradar a ambas as visões. Em vez disso, pode-se reconhecer que ambas as visões apelam para as Escrituras e que os ensinamentos bíblicos podem ser trazidos em convergência de forma a abordar preocupações importantes que cada visão destaca. Especificamente, a primeira visão sustenta que Adão foi considerado justo desde o início e que o homem sempre foi e é dependente do dom de Deus. A outra quer salientar que a obediência de Cristo nos leva à herança eterna. É preciso entender, no entanto, que são necessárias correções. As duas visões não podem ser conciliadas na forma em que são comumente apresentadas. A presente proposta não é um caminho do meio, mas um caminho diferente. Nele, mantém-se a primeira visão a respeito de como permanecemos justos diante de Deus e, em decorrência, propõe que a obediência que leva ao descanso eterno de Deus não é para adquirir o estado de justo por meio da obediência moral, mas a justa consumação da mordomia da terra [ao homem confiada].

Mérito? Começamos perguntando sobre mérito. Em geral, a teologia reformada sustenta que, tendo sido criado por Deus e totalmente dependente dele, o homem nada merece da parte dele. Deus não lhe deve nada (Lc 17.7-10; Rm 11.35-36; 1Co 4.7). Há, então, alguma razão convincente para introduzir o conceito de mérito ou aquisição no primeiro pacto? Além disso, por que o mérito

---

obediência; porque tornou-se nosso mediador ao ser santo e justo em si mesmo, para que pudesse cumprir obediência e oferecer satisfação por nós” (p. 327). Cf. também CH, Dia do Senhor 6.

deveria fazer parte integrante de ser considerado justo? É verdade que os primeiros reformadores consideravam a expiação de Cristo meritória. Isso faz sentido, porque ele pagou a pena da nossa culpa. Sua morte adquiriu a restauração do estado de retidão perante a lei. No entanto, expressar obedientemente a retidão que Deus deu a Adão adquire justificação e vida eterna? A Bíblia ensina que Deus prometeu a vida eterna a Adão como salário por manter-se justo?<sup>60</sup> Considere como ficaria a primeira aliança quando vista como um pacto de favor imerecido.

A partir de tal perspectiva, o pacto com Adão foi uma dádiva do Senhor. Para que o homem cumprisse sua parte na aliança, Deus estava operando nele, tanto para querer agradecer ao Senhor quanto para fazer o que o glorificaria. Ele confiou no Senhor e acreditou que sua lei era boa. Nessa fé, ele realizaria as boas obras que Deus havia preparado de antemão para que ele andasse nelas. Ele obedeceria porque essa era a coisa certa a fazer e honraria seu Criador. Em espírito de alegre ação de gratidão pelo amor de seu Pai, ele expressaria seu próprio amor em obediência à lei perfeita da liberdade. Nenhuma outra motivação era necessária. O Senhor Deus foi o Mestre de Adão e também seu Pai (Mt 1.6). Assim como um filho se alegra em trabalhar nas propriedades da família, assim o homem deveria trabalhar diligentemente e com retidão na propriedade do Senhor e, no devido tempo, seu Pai o teria conduzido ao descanso e à glória de Deus.

Nesse cenário, os filhos de Deus são altamente favorecidos por seu Pai, tudo realizam na dependência dele e são abençoados por um dom após o outro. Certamente essa perspectiva é bíblica! Nesse contexto factual, a obra do homem seria digna, significativa e em honra a Deus. No entanto, não seria meritória no sentido de merecer ou adquirir a vida eterna. Essa maravilhosa vida de glória somente poderia ser recebida como um presente. Nesse ponto deveríamos nos lembrar de que, no seu senso clássico, algo é meritório se esse algo precise ser pago em retribuição, ou se requeira uma recompensa.<sup>61</sup>

---

<sup>60</sup> John Murray escreve: “Da promessa da administração adâmica, devemos dissociar todas as noções de recompensa meritória. A promessa de integridade e bem-aventurança confirmadas era uma promessa anexada a uma obediência que Adão devia e, portanto, era uma promessa de graça. Tudo o que Adão poderia ter reivindicado com base na equidade era justificação e vida, desde que obedecesse perfeitamente, mas não confirmação para assegurar a indefectibilidade. Adão poderia reivindicar o cumprimento da promessa se resistisse à provação, mas apenas com base na fidelidade de Deus, não com base na justiça. Deus é devedor à sua própria fidelidade. Mas a justiça exige não mais do que a aprovação e a vida correspondentes à justiça da perfeita conformidade”. Ver *Collected Writings of John Murray*, Vol. 2 (Edimburgo: Banner of Trust, 1977), p. 56.

<sup>61</sup> No seu *Commentary on the Heidelberg Catechism* [Comentário ao Catecismo de Heidelberg] (Phillipsburg, NJ: Presbyterian and Reformed Publishing., reimpressão da edição de 1852), p. 335, Ursinus explica “Isto é meritório em relação àquele a quem a recompensa está vinculada por obrigação...” e, “... onde não há benefício, não há mérito; porquanto mérito pressupõe algum benefício recebido”. A partir dessa perspectiva, ele também esclarece como ele entende o mérito de Cristo (p. 328): “... o homem não tem como merecer coisa alguma da parte de Deus, posto que



## DEFININDO A JUSTIFICAÇÃO

O próximo ponto que precisa ser esclarecido é como se define a justificação. Ambas as visões tendem a descrevê-la como *a obra de Deus em Cristo, pela qual um pecador é considerado justo nele e feito herdeiro da vida eterna*. Para ajudar a resolver as diferenças, é melhor não incluir a herança da vida eterna como parte da definição de justificação. Embora seja verdade que todo aquele que é justificado em Cristo tem a vida eterna e que a justificação é absolutamente necessária para a entrada nessa vida, ela não é a causa ou o fundamento para receber a herança.

Em lugar disso, aquele dom da eternidade com o Senhor é fundamentado no pacto da promessa do Éden. A promessa foi condicional, a saber, não seria consumada se o homem não permanecesse justo, fiel e obediente (Gn 3.17). Uma vez que é chamada de herança, está relacionada à filiação (Rm 8.13-17; Gl 3.26-29; 4.4-7). A justificação deve limitar-se a ser declarado justo perante o tribunal de Deus. Ela dá direito à vida e à aprovação de Deus, mas não estabelece o direito a uma vida mais elevada do que Adão tinha na criação. A vida superior no descanso de Deus foi prometida a Adão como uma herança que era sua através da filiação e é nossa hoje através da adoção em Cristo. A adoção e a habilitação à vida eterna são dons da graça de Deus, recebidos juntamente com o dom da justificação.

## ENTENDENDO OS PACTOS DE DEUS

O contexto é importante. Antes de continuar nossa discussão sobre a justificação, vamos fazer uma pausa para refletir brevemente sobre o significado das alianças de Deus. Na história da igreja reformada, os pactos às vezes foram resumidos como promessas baseadas em condições. Embora certamente haja promessas e condições nos pactos de Deus com seu povo, há muito mais. Essas alianças são vínculos juramentados de união amorosa e comunhão entre o Senhor Deus e o seu povo. O cerne dos pactos de Deus conosco é expresso em textos como Levítico 26.12: “E eu andarei entre vocês e serei o vosso Deus, e vós sereis o meu povo”; e o Salmo 136: “Seu amor inabalável dura para sempre”. O Senhor jura estar com o seu povo como o Deus dele. Eles juram ser fiéis a ele como seu povo, sob pena de morte eterna por deslealdade. Deus expressa sua lealdade pactual, imerecida e amorosa, em bênçãos, promessas, dons e proteção para seus filhos. Por sua vez, os filhos mostram sua fé e fidelidade pela obediência amorosa e respeitosa aos seus mandamentos, destarte glorificando-o e deleitando-se nele

---

está dito, “Quando tiverdes feito todas as coisas que vos foram ordenadas, dizei, ‘Somos servos inúteis, porque fizemos o que era nosso dever fazer (Lucas 17:10)’. Tampouco a obediência de Cristo é meritória neste tocante, como se tivesse acrescentado algo para Deus, mas é chamada meritória por causa da dignidade de sua pessoa, uma vez que quem sofreu foi o Filho de Deus”.

e em sua magnanimidade. Nessas alianças, sob a ameaça de morte por desobediência, deve prevalecer a retidão, isto é, a justiça suprida pelo próprio Senhor: primeiro, na criação e, depois, na redenção. Deus provê justiça e o homem é chamado a andar nela e não se afastar dela.

O conceito de pacto das obras pode ser questionado não apenas por incluir a habilitação à herança eterna como parte da justificação, mas também por considerar a herança como algo a ser adquirido por boas obras. Adão não foi considerado justo desde o início, antes mesmo de ordenado fazer qualquer obra? São boas obras que tornam uma pessoa justa? Não deveríamos fazer uma distinção entre justiça e trabalho? Por exemplo, alguém que nunca dirigiu um carro em sua vida pode ser tão reto em relação às leis sobre limites de velocidade, quanto outro que fez o trabalho de dirigir 400 mil quilômetros. O trabalho só pode ser realizado em retidão quando uma pessoa já é justa e permanece assim no desempenho de seu trabalho. Não se deveria entender que a obediência só vem depois de alguém ser justo, em vez de ser o meio para alcançar a justificação?

## JUSTIFICAÇÃO E OBRAS

Se a aprovação de Adão como justo veio antes de qualquer obra de obediência à lei de Deus, pode alguém perguntar por que todos seremos julgados de acordo com as obras (ver, por exemplo, Ec 12.14; 1Co 3.12-15). Antes, não deveria o homem ser julgado de acordo com a retidão de seu coração (Adão antes da queda) ou com a retidão de Cristo imputada aos pecadores arrependidos? O julgamento sobre se alguém é justo é realmente sobre o coração de uma pessoa, mas o julgamento é baseado em evidências (Mt 7.15-20). As obras são fruto e evidência do estado do coração. Isso é verdade não apenas para os pecadores redimidos que expressam seu arrependimento e fé em Cristo por meio de suas obras (Tg 2.18), mas também para Adão e Eva antes da queda e para o justo Jesus Cristo. Uma razão, então, para o julgamento de acordo com as obras é que as obras demonstram e expressam o que está no coração.

Outra razão pela qual as obras do homem são levadas a julgamento é que o Rei recompensa ou pune as obras realizadas. As recompensas não são pagamentos de méritos adquiridos; isto é, com uma recompensa Deus não está retribuindo um favor que o homem fez por ele. São dons, bênçãos de Deus que ele concede àqueles que ele ama, bem como expressões de prazer divino e aprovação para com aqueles que operam a justiça. A recompensa das obras, no entanto, não faz parte da justificação. No Dia do Juízo, o Senhor faz duas coisas pelos redimidos. Ele os declara justos e recompensa sua fiel administração de seus dons. Só a primeira é a justificação.



## IMPUTAÇÃO DA JUSTIÇA DE CRISTO

Após a queda no pecado, só é possível ser reputado justo com base em ter a justiça de Cristo imputada a nós quando, por sua graça, estamos unidos a ele, e ele se torna nosso Cabeça. Há mais de uma maneira pela qual a justiça de Cristo é atribuída como nossa.

Com sua morte na cruz, Jesus corrigiu um grave erro. Nosso pecado contra o Todo-Poderoso merecia a pena de morte eterna, e Jesus sofreu essa morte para pagar a dívida legal que tínhamos. Essa obediência do sofrimento é justiça, e é imputada a todos os que creem em Jesus Cristo.

A questão em disputa é se esse pagamento imputado de nossa dívida torna um crente completamente justo no julgamento de Deus ou apenas perdoado, sem ser totalmente justificado. Na visão primeira, a justiça consiste inteiramente no perdão dos pecados, com base na expiação (ver, p.ex., Confissão Belga, Art. 23, primeiras frases, e P/R 67 do Catecismo de Heidelberg). Na visão posterior, a justiça do crente vem através da imputação da justiça meritória que Cristo produziu ao guardar a lei de Deus. Quando a justificação é definida com mais precisão, limitando-a ao ser considerado como justo, então as obras de obediência ativa como um meio de adquirir a vida eterna são excluídas da justificação.

Para satisfazer nossos pecados, Jesus foi feito por nós o perfeito Cordeiro de Deus, concebido e nascido como justo e perfeitamente obediente à lei. Sua obediência por completo foi essencial para que ele fosse o perfeito Mediador, Sumo Sacerdote e Sacrifício. Se ele não tivesse cumprido a lei perfeitamente, teria se tornado injusto e desqualificado para pagar nossa dívida. Juntos, sua fiel observância da lei e seu sofrimento da maldição por nós foram essenciais para nossa libertação através de sua morte e ressurreição. Sua obediência unificada realizou a expiação por nossos pecados. Não forneceu méritos para adquirir o céu, e isso, simplesmente porque tais méritos não justificam ninguém, nem compram o dom da cidadania no céu. No entanto, ainda não tratamos de tudo.

Essencial para a justificação (e para a nosso completo livramento) é a união com Cristo. É “nele” que recebemos todos os benefícios da sua obra salvífica (Ef 1-2). Nós nos beneficiamos de sua pessoa como nosso Cabeça representativo. Em união com ele, somos identificados com ele. Assim como ele é julgado justo, nós também somos. A culpa de nossos pecados e a pecaminosidade foram imputados a ele, e sua justiça é contada como nossa (2Co 5.21). Portanto, podemos dizer que a sua retidão, a sua santidade, a justiça da sua pessoa, nos é imputada juntamente com a sua obra sacerdotal para a remoção da nossa culpa. Note-se que essa justiça de Cristo é o seu estado legal, não a realização de obras da lei. Calvino fala dessa justiça quando diz: “Ele justifica não parcialmente, mas livremente, para que possam aparecer nos céus como se estivessem revestidos da pureza de Cristo”

(*Institutas*, 3.11.11). Essa imputação de justiça pode ser vista ou está implícita como parte do significado em passagens tais como 1Coríntios 1.30, 2Coríntios 5.21 e 1João 2.1, 2.12, 3.7 e 4.17. Na realidade, a pessoa e a obra de Cristo, seu prevailecimento como santo e sua obra de expiação são tão completamente unidos e inseparáveis que podemos falar da imputação de uma única justiça.

Deve-se notar ainda outro ponto sobre a observância da lei de Cristo. Embora não *adquir*a justificação, conta-se para nós como dando *evidência* de retidão. Podemos dizer: “Olhe para a perfeita observância da lei de Deus por Cristo. Ela testifica de sua justiça — e, destarte, a minha. Uma vez que Cristo é a minha justiça, a evidência da sua justiça testemunha em favor da minha justiça no tribunal de Deus”. Esse conceito está implícito em Hebreus 4.14-16, por exemplo.

### **A OBDIÊNCIA DE CRISTO PARA MAIS DO QUE A JUSTIFICAÇÃO**

Em união com Cristo, gozamos bênçãos que vão além da justificação. Muitas coisas que são verdadeiras quanto a Cristo são contadas como verdadeiras em favor de todos os que pertencem a ele e são representados por ele (Cf. Hb 7, 9-10). Juntamente com Cristo, por exemplo, fomos vivificados, ressuscitados e assentados nos lugares celestiais (Ef 2.5-7).

Dessa forma, também herdamos a vida eterna. Isto não é um aspecto de justificação, mas nos chega através da união com Cristo: “Nele obtivemos uma herança...” (Ef 1.11). Uma herança, é claro, não é comprada. É um benefício da filiação e, mesmo assim, um pai pode deserdar um filho. No entanto, obras são comumente consideradas quando um pai distribui uma herança. Ele muitas vezes leva em conta (entre outros fatores) o trabalho que seus filhos estão fazendo, como um reflexo de seu senso de responsabilidade e mordomia. Pode-se esperar que um filho fiel aja como um mordomo responsável do que herda, e um pai se alegra em recompensar graciosamente a fidelidade (Mt 25.14-30).

Como Cristo é o Filho de Deus, nele somos adotados como filhos e participamos de sua herança (Gl 4.1-7), a qual foi prometida aos filhos de Deus desde o princípio (Mt 25.34; Tt 1.2). Adão foi habilitado a receber a herança eterna antes de pecar, mas ainda não tinha posse dela. O padrão semanal de seis dias de trabalho para atender ao mandato de encher a terra e sujeitá-la, seguidos de um dia de descanso, era um sinal e selo da promessa de que sua obra levaria a entrar no descanso de Deus, isto é, a vida eterna em uma herança abençoada (Gn 2.2-3; Hb 4.9-10) e em maravilhosa comunhão com Deus em sua glória celestial. Por semelhante modo, a árvore da vida também falou dessa promessa de vida eterna (Gn 2.9; 3.22; Ap 2.7). Nesse ponto, a obediência de Adão é considerada de modo diferente do que frequentemente reputada no paradigma do pacto de obras. A

desincumbência do mandato para dominar, por parte do homem, não tem por fim o alcance da justificação. O homem foi julgado justo a partir do princípio porque Deus assim o fez quando o criou, quando o fez à sua própria semelhança. Consequentemente, as obras do homem seriam desincumbidas de forma justa, a menos que ele se rebelasse e que, em consequência, perdesse também a herança. Por conseguinte, as obras não seriam meritórias.

Adão foi habilitado à vida eterna em virtude da aliança que Deus fez com ele, mas primeiro ainda havia muito a ser feito no curso da história que estava apenas começando. Uma vez que ele já era justo, a atribuição de trabalho dada a ele e a seus descendentes não poderia ser a de fazerem-se a si mesmos justos ou mais justos por meio da obediência moral. A justa obediência moral foi requerida como o caminho preciso para cumprir uma grande administração dos dons de Deus, e isso, pela fé e não pelo mérito. Em seu nome, a terra de Deus tinha que ser guardada do maligno, enchida de pessoas, preservada e cultivada, e o domínio tinha que ser exercido sobre todas as criaturas vivas. O reino do Pai celestial deveria brilhar cada vez mais brilhantemente em todo o mundo, à medida que seus filhos se alegravam por cumprir sua vocação. Adão, no entanto, exaltou-se, rebelou-se, entregou a obra do Senhor a Satanás e não completou a obra que levaria à entrada na herança eterna.

Essa obra foi feita por Cristo a fim de completar obedientemente o processo histórico de encher a terra e sujeitá-la – um processo que o levaria a juntar-se a Deus em seu descanso (Hb 4.9-10), um dom prometido desde o início.<sup>62</sup> Nesse processo que inclui o enchimento da (nova) terra, o mandato discipulativo é o instrumento para prover a essa grande população, um mandato sob a autoridade de Cristo. Nosso Senhor e Salvador faz muito mais do que nos justificar e salvar. O segundo Adão também aprisiona o homem forte, Satanás, estabelece o Reino de Deus e cumpre o mandato original de domínio e mordomia que o primeiro Adão não conseguiu cumprir. O Pai “pôs todas as coisas debaixo dos seus pés e entregou-o como cabeça sobre todas as coisas à igreja, que é o seu corpo, a plenitude daquele que a tudo enche” (Ef 1.22-23). É em cumprimento do mandato do Gênesis ao homem que “nossa cidadania está no céu, e dele esperamos um Salvador, o Senhor Jesus Cristo, que transformará nosso corpo mortal para ser semelhante ao seu corpo glorioso, pelo poder que lhe permite até mesmo subjugar todas as coisas a si mesmo” (Fp 3.20-21).

---

<sup>62</sup> Devo ao Dr. Edmund P. Clowney pela perspectiva de que Cristo cumpre o que é comumente chamado de mandato cultural. Ele falava disso de vez em quando em discussões em sala de aula quando eu estudava no Westminster Theological Seminary, Filadélfia (1968-74).

## CONCLUSÃO

O primeiro pacto que o Senhor Deus fez com o homem foi de favor amoroso e imerecido. Continha uma dinâmica histórica que levaria os seres humanos da glória terrena à exaltação celestial e à entrada no descanso eterno de Deus, isto é, na vida eterna. Naquela história do pacto, o Bom Pastor conduziria suas ovelhas no caminho da justiça, por amor do seu nome. Em relação à justiça, observamos os seguintes pontos: 1) A justificação deve ser entendida como referindo-se apenas a ser contado como tendo retidão diante de Deus e de sua lei; 2) Adão foi criado à imagem de Deus e, portanto, foi justo desde o princípio e como obra de Deus, não do homem (Ef 4.23-24); 3) Adão não foi chamado para adquirir a justiça, mas para permanecer justo. Continuando em obediência, o homem teria expressado sua justiça e, portanto, teria continuado a ser considerado justo. No entanto, a desobediência fez a ele e a nós injustos; 4) A justificação rege-se por princípios de justiça, que são diferentes dos do trabalho. Ser justo é uma questão de justiça, enquanto operar a justiça é trabalho; 5) A retidão perante Deus vem antes das obras, já que a pessoa precisa ser justa para ser capaz de cumprir obediência; 6) Em união com Cristo, os pecadores são considerados tão justos quanto ele, porque ele fez satisfação pelos pecados deles (através da obediência unificada), e sua justiça é imputada a eles para eximi-los da culpa; 7) Juntamente com a justificação, Cristo restaura a herança eterna aos crentes por meio da adoção e os conduz a esse descanso eterno, estabelecendo o Reino de Deus, cumprindo o mandato original de encher a terra e sujeitá-la, guardá-la do mal, preservá-la e cultivá-la em mordomia filial.

Nessa leitura da Bíblia, vemos os dons abundantes do Senhor e a completa dependência do homem em relação a ele. Vemos uma aliança de amor, promessas maravilhosas e uma lei perfeita de liberdade. Também vemos Jesus, o Cristo, tendo sido feito para nós sabedoria de Deus, justiça, santificação e redenção — aquele que restaura todas as coisas, cumpre com retidão todos os propósitos de Deus para a criação e conduz seus irmãos e irmãs à glória eterna com Deus.

**ABSTRACT:** This article aims to present a solution for the Reformed differences on justification, focusing on the controversy over the imputation of Christ's active obedience. It examines the theological history of the debate, highlighting the varied perspectives within Reformed traditions. It then suggests that a deeper understanding of justification by faith and union with Christ could offer a path to reconciling divergent views. The solution emphasizes the importance of faith in appropriating Christ's righteousness, without denying the role of Christ's active obedience in salvation. It argues that this approach can promote unity among Reformed Christians, respecting the theological nuances of their traditions.

**KEYWORDS:** Justification; Imputation; Active Obedience; Covenant of Works;  
Grace.

